



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

73
R

246

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198522-2

AGRAVANTE: CLEONICE CARNEIRO ZACARIAS DA SILVA

AGRAVADO: UNIMED CARUARU / COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

5713

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. RECURSO CONTRA DESPACHO QUE POSTERGA APRECIÇÃO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. DECISÃO AGRAVÁVEL ANTE A NATUREZA DA MATÉRIA. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.656/98 AQS CONTRATOS ANTERIORES A SUA VIGÊNCIA. ABUSIVIDADE DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO, EFETIVADA À MINGUA DE QUALQUER NOTIFICAÇÃO À SEGURADA (INTELIGÊNCIA DO ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II DA LEI Nº 9.656/98).

- O despacho que posterga a apreciação do pleito de antecipação da tutela, *a priori*, não é agravável, contudo, há que se verificar a urgência do pleito, por tratar de atendimento à saúde de segurada idosa.
- Este e. tribunal tem entendimento firme no sentido da aplicação da Lei nº 9.656/98 aos contratos celebrados anteriormente a sua vigência, eis que o contrato de assistência médica é de trato sucessivo no tempo, estando submetido, portanto, aos ditames da nova lei disciplinadora dos planos de saúde.
- A Lei nº 9.656/98, expressamente, determina no seu art. 13, parágrafo único, inciso II que, para a suspensão do contrato por não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência, o que não ocorreu na hipótese dos autos, verificando-se, assim, a total ilegalidade da rescisão unilateral do contrato firmado há mais de 20 anos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0198522-2, em que é agravante CLEONICE CARNEIRO ZACARIAS DA SILVA e agravado UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

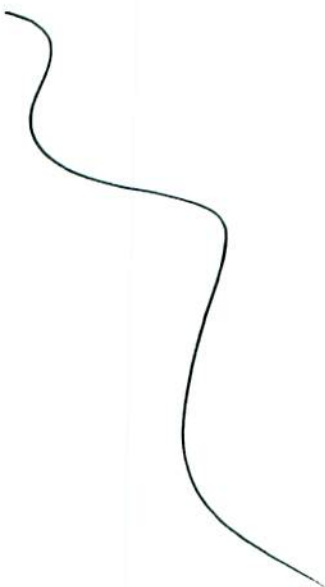
74/
p

246/A

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para determinar a manutenção do contrato firmado entre as partes, nos termos do voto do Relator.

Recife, 12 de maio de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

61
2

247

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198522-2

AGRAVANTE: CLEONICE CARNEIRO ZACARIAS DA SILVA

AGRAVADO: UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO:

Cuida-se de Agravo de Instrumento em face de decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Caruaru que, nos autos da Ação de Consignação em Pagamento c/c Obrigação de Fazer, reservara-se para apreciar o pedido de antecipação da tutela no curso do processo.

Alega a recorrente que é usuária do plano de saúde/agravado há mais de vinte anos, havendo sempre quitado com regularidade as prestações. Ocorre que, em agosto de 2009, haveria tomado conhecimento de que sua filha - atual responsável pela realização do pagamento do plano - haveria deixado de adimplir as parcelas a partir de fevereiro de 2009, o que acarretou a rescisão unilateral do contrato pela seguradora.

Alega, ainda, que a recorrida não efetuou qualquer comunicação acerca da rescisão, desrespeitando o disposto no art. 13, II da Lei 9.656/98.

Às fls. 48/50, foi deferida a tutela perseguida, determinando-se o restabelecimento do contrato de seguro saúde firmado entre as partes.

Não foram oferecidas contrarrazões.

É o Relatório. À Pauta.

Recife, 19 de fevereiro de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

75
7

248

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0198522-2

AGRAVANTE: CLEONICE CARNEIRO ZACARIAS DA SILVA

AGRAVADO: UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO

Inicialmente, há que se reconhecer a aplicação da Lei nº 9.656/98 ao presente caso, ainda que o contrato em comento seja anterior à referida norma. Isto porque o contrato de assistência médica é contrato continuado, de trato sucessivo no tempo, estando submetido, portanto, aos ditames da nova lei disciplinadora dos planos de saúde.

No caso dos autos, a autora/recorrente é pessoa idosa, contando com oitenta e três anos de idade, sendo segurada da operadora recorrida há mais de vinte anos, pagando prestação mensal atual no valor de R\$ 685,11 (seiscentos e oitenta e cinco reais e onze centavos). Dessa forma, em que pese tenha o togado singular se reservado para apreciar a antecipação da tutela em momento posterior - decisão esta, *a priori*, não agravável - há que se verificar a urgência do pleito, haja vista tratar-se de questão de atendimento à saúde, quanto mais por ser a recorrente pessoa de avançada idade, conforme dito.

Acerca da possibilidade da rescisão unilateral de plano de saúde por falta de pagamento, a Lei nº 9.656/98, expressamente, determina no seu art. 13, parágrafo único, inciso II que, para a suspensão do contrato por não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência, o que não ocorreu no presente caso.

Verifica-se, portanto, a abusividade do cancelamento realizado à mingua de qualquer notificação à agravante, ainda que figurasse cláusula contratual neste sentido. Por outro lado, verifica-se a boa fé da recorrente que efetivou o depósito referente às parcelas em atraso.

Acerca do tema, colaciono os seguintes julgados:

“APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO DO CONTRATO DE FORMA IRREGULAR. AFRONTA DIRETA ÀS REGRAS CONSTANTES NO CÓDIGO DE DEFESA DO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

76

7

249

CONSUMIDOR. NULIDADE DA CLÁUSULA A QUAL PERMITE A QUEBRA DA AVENÇA NOS CASOS DE ATRASO, INDEPENDENTEMENTE DE NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO JUDICIAL. (grifei) PRECEDENTES DA CASA. SEGURADOS IMPOSSIBILITADOS DE RECEBER OS SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES NA FORMA PACTUADA. ESTADO DE SAÚDE DA PRIMEIRA APELADA QUE DEMANDAVA CUIDADO ESPECÍFICO E RIGOROSO. PORTADORA DE PARALISIA FACIAL. DANO MORAL CONFIGURADO. APELO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME..” (Apelação Cível Número do Acórdão: 145826-8; Comarca: Recife; Número de Origem: 0600224089; Relator: Jones Figueiredo; Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 25/1/2007; Publicação: 28).

“SEGURO. NEGATIVA DE COBERTURA. CANCELAMENTO ARBITRÁRIO DO CONTRATO. CONTINUIDADE DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA.

1. Plano de saúde que não comprovou que notificou a autora acerca do cancelamento do contrato, tampouco que deixou de descontar o correspondente prêmio, quicá a intenção de não receber o pagamento das três parcelas atrasadas como forma de demonstrar seu desinteresse à continuação do contrato de seguro. 2. O mero inadimplemento contratual não permite que haja a caracterização de dano moral. DERAM PARCIAL PROVIMENTO. (grifei) (Recurso Cível Nº 71001091750, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 01/11/2006).

“SEGURO DE SAÚDE. INADIMPLEMENTO DO PRÊMIO. CANCELAMENTO DO CONTRATO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. 1. Independentemente da existência de cláusula contratual prevendo o cancelamento automático do contrato em caso de inadimplemento do prêmio, não é admissível o cancelamento do contrato sem notificação prévia ao segurado.(grifei) 2. Havendo o cancelamento irregular do contrato, cabível a consignação das parcelas em juízo, a fim de obter-se a reativação do contrato e a conseqüente manutenção do plano de saúde. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70018297317, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 04/04/2007)

Verifica-se, portanto, no caso dos autos, a flagrante ilegalidade no cancelamento, unilateral, do contrato, ao arrepio do comando contido no art. 13, da Lei nº 9.656/98, sendo imperioso o restabelecimento do vínculo contratual, quanto mais por contar a segurada com oitenta e três anos de idade, estando impossibilitada de usufruir da assistência médico-hospitalar contratada.

Com tais considerações, **voto pelo provimento** do presente recurso, determinando-se o restabelecimento do contrato de seguro saúde firmado entre as partes, devendo a seguradora emitir, regularmente, os boletos para pagamento mensal.

Defiro, ainda, os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, bem como da Lei nº 1060/50.

É como Voto.

Recife, 15 de 04 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

22
m

250

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Desembargador Fernando, Vossa Excelência mandou que voltasse a ter o contrato uma relação entre seguradora e a velhinha, mas Vossa Excelência, não sei se cautelarmente a gente poderia fazer isso aqui, era de dizer: nos moldes anteriores. Porque senão daqui a pouco ele bota um contrato que ela não pode pagar.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (RELATOR)

Pode-se até acrescentar, no final do meu voto, nos moldes do contrato primevo.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Eu também acompanho.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA DETERMINAR A MANUTENÇÃO DO CONTRATO NOS MOLDES ANTERIORES, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

03